

AGRICULTURAL MODERNIZATION IN THE MINAS GERAIS STATE'S CERRADO: GOVERNMENTAL DEVELOPMENT PROGRAMS IN THE 1970' DECADE

Wanderléia Aparecida de Oliveira Gobbi
Licenciada e Bacharela em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: wogobbi@uol.com.br

RESUMO

O processo de modernização da agricultura, desencadeado na década de 1970, gerou uma grande transformação no espaço agrário brasileiro. A ação desse processo contou com a participação fundamental do Estado, via projetos governamentais. No cerrado mineiro essa realidade foi caracterizada por quatro programas, sendo dois estaduais (PCI/PADAP) e dois federais (POLOCENTRO/PRODECER), responsáveis pela capitalização da agricultura nessa região.

Palavras-chave: cerrado, modernização da agricultura, projetos governamentais.

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO CERRADO MINEIRO: OS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DA DÉCADA DE 1970

ABSTRACT

The modernization process of agriculture, developed since 1970's, generated a large transformation of the Brazilian agrarian space. This process had the important participation of Brazilian Government by the implementation of development projects. In the Region of Cerrado in Minas Gerais State it was developed four development programs. These programs were two from the State Government (PCI/PADAP) and two from Federal Government (POLOCENTRO/PRODECER). The programs were responsible for the capitalization of the Cerrado.

Key words: cerrado, agriculture modernization, governmental projects development

INTRODUÇÃO

A diversificação do parque industrial e a crescente urbanização nacional foram fatores fundamentais que impulsionaram a transformação da

agricultura brasileira. Se antes essa agricultura se mostrava arcaica e incipiente, a partir de meados da década de 1960, ela se insere no novo contexto de modernização e desenvolvimento do país, introduzido pelo Plano de Metas do governo Kubitscheck. Assim, a

¹ Recebido em: 19/06/2003
Aceito para publicação em: 18/09/2003

agricultura brasileira, além do crescimento extensivo, passa a apresentar também um crescimento intensivo, com a utilização de novas tecnologias, como o uso de máquinas e fertilizantes agrícolas.

Esta transformação foi viabilizada, em grande parte, por programas governamentais que garantiram o crédito e o suporte técnico necessários para a utilização de novas áreas, como o cerrado, com agricultura e implantação das novas tecnologias.

Assim, este trabalho tem por objetivo apresentar os programas governamentais no cerrado mineiro e encontra-se estruturado em dois itens além da introdução e das considerações finais.

No primeiro item, tecemos algumas considerações sobre a modernização da agricultura, destacando sua importância no processo de mudança da agricultura brasileira. No segundo item são analisados os programas governamentais para o cerrado mineiro.

Modernização da agricultura: breves considerações

O cerrado passa a ser o modelo de desenvolvimento, tendo o Estado papel importante como agente financiador da

modernização agrícola. A privilegiada localização geográfica do cerrado em relação aos mercados crescentes do Centro-Sul contribuiu para a expansão da agricultura.

O ponto de partida da modernização da agricultura foi a Revolução Verde, um programa idealizado pelo grupo econômico americano Rockefeller, no início da década de 1940, com o objetivo de contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas.

O programa alcançou sucesso com as pesquisas agrícolas que vinham sendo desenvolvidas e seu grande impulso começou após 1965, quando as multinacionais passam a exercer influência na produção de **alimentos**. Ao mesmo tempo que ocorria a introdução de novas variedades de trigo, milho e arroz, os países adeptos ao modelo eram orientados e induzidos a usar novas técnicas de correção do solo, novos fertilizantes, maquinários e equipamentos modernos de combate às doenças e pragas, através do uso

intensivo dos chamados defensivos agrícolas.

Assim, os países, ao adotarem o modelo da modernização na agricultura, buscavam uma medida para obter maior produtividade, com a substituição da mão-de-obra pela máquina e um uso mais acentuado de insumos produzidos pelo setor não agrícola.

No Brasil, as mudanças no espaço rural, desencadeadas pelo processo de modernização, têm início na década de 1950, porém a manifestação de forma intensa e ampla ocorre após a ruptura política institucional, e sob o comando do regime autoritário militar implantado no país a partir do golpe de 1964.

Os instrumentos que contribuíram para modificar a estrutura e o processo da produção agrícola foram: a consolidação do parque industrial; a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a modernização conservadora, assim considerada, porque não alterou a estrutura fundiária do país; a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola; a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde e a melhoria dos preços internacionais para

produtos agrícolas.

A consequência foi a transformação radical da agricultura em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Isso levou a uma profunda alteração da base tecnológica da produção agrícola, da composição das culturas e dos processos de produção. É importante destacar que o crédito agrícola foi o principal instrumento que promoveu a industrialização do campo.

Os programas governamentais no cerrado mineiro

O esgotamento das terras disponíveis para a ocupação agropecuária no Sul e no Sudeste e a necessidade crescente de aumento da safra agrícola direcionaram a produção para novas fronteiras agrícolas. O Centro-Oeste e o Norte do País foram os principais alvos da produção agropecuária. Os cerrados do Centro-Oeste têm tido um papel estratégico para a ocupação de novas áreas, tanto pela sua localização favorável com relação ao mercado, quanto pela qualidade de suas terras, que oferecem cerca de 50% de sua extensão propícias à produção agropecuária, nos moldes da nova

agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde.

Um elemento característico deste processo de expansão da fronteira agrícola e modernização da agricultura é a participação expressiva do Estado.

Especificamente para as áreas de cerrados, tem sido dada maior ênfase aos programas especiais, tornando-os o principal veículo de capitalização e tecnificação de sua agricultura. Utilizando-se desses instrumentos de ação, o Estado induz os produtores rurais a realizarem as ações esperadas, através das seguintes medidas: crédito rural orientado, assistência técnica seletiva, seguro contra riscos, incentivos fiscais etc. (SALIM, 1986, p. 308).

Para favorecer a ocupação agrícola do cerrado de maneira eficiente, a atuação do Estado foi fundamental. Dentre os principais programas, que apresentam o desenvolvimento de novas tecnologias para os cerrados, pode-se destacar, entre outros, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI, o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER.

Através destes programas, foi possível promover a capitalização da agricultura

nos cerrados, o que contribuiu tanto para o incremento da produção quanto para um aumento da produtividade e, conseqüentemente, da competitividade da sua agricultura com relação ao restante do país. Contudo, esta modernização da agricultura nos cerrados veio acompanhada de fatores negativos, principalmente na área social. Apesar de, no âmbito de suas intenções propostas, esses programas terem sido desenvolvidos para ajudar a solucionar a questão agrária do país, tiveram como foco preferencial as grandes e médias propriedades, para as quais foram canalizados grande parte dos recursos financeiros e das pesquisas tecnológicas.

O cerrado brasileiro ocupa uma área de aproximadamente 2 milhões de km², distribuídos entre os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal. “O clima é estacional, com duas estações bem definidas: seca e úmida. A precipitação anual é de 1500mm, com grandes variações intra-regionais” (WWF, 1995, p. 4). No período chuvoso, há a possibilidade de ocorrerem alguns dias de estiagem, que promovem grandes perdas na produção

agrícola.

“A vegetação dominante, o cerrado, é caracterizado por árvores de pequeno porte, retorcidas, distribuídas irregularmente em um tapete germinado” (MACEDO, 1995, p. 11). As demais variações de cerrado (campo limpo, campo sujo e cerradão) se diferenciam pela quantidade e variedade de árvores existentes em uma determinada área.

Os solos são na maioria distróficos, ou seja, de baixa fertilidade, com elevado grau de acidez e alta quantidade de alumínio e ferro. São solos antigos, profundos e bem drenados. Estas características variam de intensidade conforme o tipo de solo, sendo que o potencial agrícola desses solos está relacionado a esta variação de intensidade.

De acordo com Cunha (1994) os cerrados têm, potencialmente, 7,9 milhões de hectares aptos para lavouras, 98 milhões de hectares aptos para lavoura e pecuária e 18,5 milhões hectares indicados para preservação permanente. Do total da área de cerrados (204 milhões de hectares), são utilizados 9,5 milhões para lavoura, 31 milhões para pastagens plantadas e 10,3

milhões de hectares para área abertas e não utilizadas, até 1985. Portanto, a comparação entre o total da área que pode ser utilizada com o montante utilizado mostra uma considerável extensão de terra propícia ao uso ocioso.

Os cerrados apresentam um grande potencial agrícola a ser explorado, desde que o sistema implantado e a tecnologia desenvolvida sejam adequadas às características físicas, químicas e biológicas, nas suas diversas variações, dentro deste ecossistema. Esta preocupação é relevante não só por questões ecológicas, mas também econômicas, posto que o uso inadequado de um determinado tipo de solo resultará mesmo que a longo prazo, numa redução da produtividade e, conseqüentemente, da renda, ambos reflexos da degradação da área mal utilizada.

A principal fonte de problemas ambientais nos cerrados, segundo Cunha (1994), não é o uso de solos impróprios à agricultura, e sim a má utilização dos solos mais resistentes, gerando extensas áreas erodidas e pastagens degradadas. Portanto, não basta apenas usufruir de áreas aptas à agropecuária; é necessário que o manejo

e a tecnologia sejam adequados aos tipos de solo em questão.

O processo de ocupação do cerrado deu-se inicialmente através da mineração e da pecuária extensiva. A vegetação aparentemente pobre, com árvores esparsas e retorcidas, somada à falta de pesquisa deixava a impressão de que o cerrado não era propício à agricultura. O cerrado passou a ser visto como uma fronteira agrícola a ser ocupada após o fracasso na ocupação da Amazônia e a necessidade de aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis.

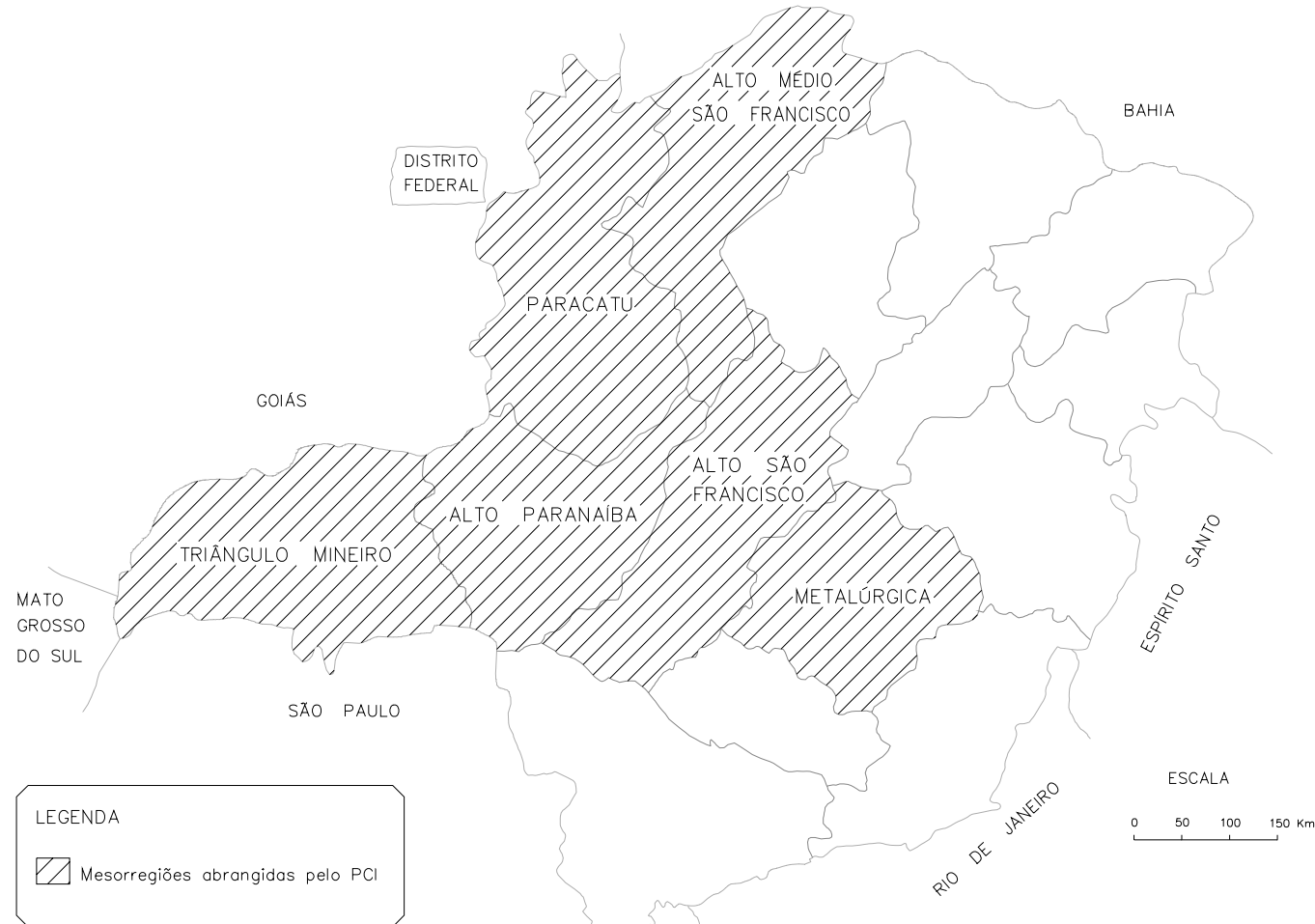
Os projetos para desenvolvimento de tecnologias, como a criação do Centro de Pesquisa Agropecuário do Cerrado - CPAC, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, foram fundamentais para um maior conhecimento dos limites e potencialidades dos cerrados. Através do CPAC pôde-se pesquisar a composição física e química dos solos, permitindo desenvolver as recomendações adequadas para que o solo se tornasse apto à agricultura, bem como as variedades de sementes adequadas àquele ambiente, capazes de responder aos insumos adicionados ao solo.

O Programa de Crédito Integrado - PCI, criado em 1972 pelo BDMG, foi concebido para articular-se ao programa federal denominado Corredores de Exportação, que se constituía num dos principais desdobramentos da política agrícola no âmbito do I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Esse programa, de caráter estadual pioneiro, constituiu um marco para os programas federais subseqüentes, em escala federal, para incrementar a utilização de grãos exportáveis das áreas do cerrado brasileiro.

Inicialmente o PCI abrangia especificamente a Região do Triângulo Mineiro, depois foi estendido às regiões fisiográficas do Alto Paranaíba, Paracatu, Alto São Francisco, Alto Médio São Francisco e Zona Metalúrgica (Figura 1). A área programada no período 1972 a 1975 atingiu 52,7 mil km² na região do Triângulo Mineiro, 34,9 mil no Alto Paranaíba, 51,2 mil em Paracatu, 10,2 mil no Alto Médio São Francisco e 2,9 mil km² na Zona Metalúrgica. O programa contou com a participação articulada de vários órgãos estaduais, como a Companhia Agrícola de Minas Gerais - CAMIG, a Companhia de

Figura 1

Área de atuação do programa de crédito integrado e incorporação dos cerrados (MG), PCI - 1972



Fonte: Atlas Geográfico do Estado de Minas Gerais (1979), organizado por VLS Pessoa (1988)

Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR-MG – atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, EMATER- MG e o Programa Integrado de Pesquisa Agropecuárias do Estado de Minas Gerais - PIPAEMG, hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais - EPAMIG.

Este programa visa, assegurar maiores níveis de produtividade e de lucro ao empresário rural, não somente através da adaptação de culturas às melhores condições do solo da gleba, mas também concentrando a produção de tal modo que favorecesse as chamadas economias de escala, através da redução dos custos de produção. Uma das técnicas utilizadas para o planejamento agrário da gleba ou da região eram as fotografias aéreas que, propiciando o mapeamento sistemático, identificava não só a sua real situação, como a capacidade potencial do uso das terras. Com base nesses dados, eram definidas as melhores opções em termos de manejo do solo (conservação, rotação e preparo) e de técnicas culturais (fertilização, sementes selecionadas, tratamentos fitossanitários etc), num período de três anos aproximadamente (SALIM, 1986, p.310).

Um dos aspectos mais importantes do PCI foi a abrangência e a seletividade do programa em relação aos produtos rurais, transferindo enormes somas de recursos financeiros a uma pequena parcela de grandes proprietários (a área média financiada ficava em torno de

483 hectares). Em linhas gerais, os resultados do Programa de Crédito Integrado para a expansão da agricultura nos cerrados mineiros foram os de favorecer o consumo de insumos químicos modernos e máquinas agrícolas; criar condições para que fosse incorporada produtivamente uma vasta quantidade de terras à agropecuária no estado e servir de projeto-piloto, permitindo a elaboração de um programa especial em nível federal para toda a região Centro-Oeste, em especial ao POLOCENTRO.

O PADAP foi a primeira experiência de intensificação agrícola no cerrado mineiro de maior sucesso, e teve o intuito de comprovar sua viabilidade econômica em termos de agricultura. Implantado em 1973, o PADAP abrangeu área de 60.000 hectares, englobando os municípios de São Gotardo, Ibiá, Rio Paranaíba e Campos Altos, no Alto Paranaíba, onde foram formados 4 núcleos de colonização (Figura 2). Com um gasto de cerca de US\$ 200 milhões, o governo mineiro construiu estradas, linhas de transmissão elétrica, centros rurais, armazéns e habitações, além de incentivar a intensificação da produção por meio de máquinas e insumos

agrícolas.

A produção se concentrou no cultivo da soja, do trigo e do café. Apenas a partir de 1982 o milho passou a ser cultivado, para promover a rotação de cultura e, assim, quebrar o ciclo de pragas e doenças da soja e do trigo. O preço favorável do milho no mercado também pesou para a sua escolha.

“A Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC foi a responsável pela implementação do Programa. Inicialmente, coube a ela a escolha de 80% dos colonos. Estes colonos deveriam fazer parte do seu quadro de cooperados, bem como ser imigrantes japoneses ou descendentes nisseis” (PESSÔA, 1988, p. 103). Além da escolha dos colonos, a cooperativa também foi responsável pela coordenação e controle das atividades, pelo fornecimento de insumos e pelo beneficiamento, industrialização e comercialização da produção.

Neste período, o governo japonês já demonstrava interesse nos cerrados ao buscar informações sobre a produção neste ecossistema. “A Cotia, por manter ligações com o **governo japonês, recebeu a visita mensal de técnicos**

desse país, durante o período de experiência do projeto” (PESSÔA, 1988, p. 103). E o fato do PADAP viabilizar a implantação de infraestrutura e promover a agricultura capitalizada aumentou a expectativa japonesa quando à região, resultando, em 1976, na assinatura de uma declaração de intenções que deu origem ao PRODECER, em 1979. O PADAP também foi um impulsor para o POLOCENTRO. “A efetivação do POLOCENTRO certamente está relacionada com a avaliação positiva sobre o PADAP feita pelo governo federal” (PIRES, 1996, p. 39), tanto que nele foram aproveitadas as experiências do PADAP, seguindo as mesmas bases de pesquisa, de assistência técnica, de crédito subsidiado e de infra-estrutura, buscando também desenvolver a agricultura empresarial no cerrado. Este programa se diferencia apenas por ser direcionado para vários estados, não estando concentrado geograficamente apenas em um único. O PADAP foi um programa que trouxe dupla experiência de desenvolvimento agrícola para o Cerrado, pois não só promoveu um projeto de assentamento, como deu base para o desenvolvimento de dois novos programas para o Cerrado.

Figura 2

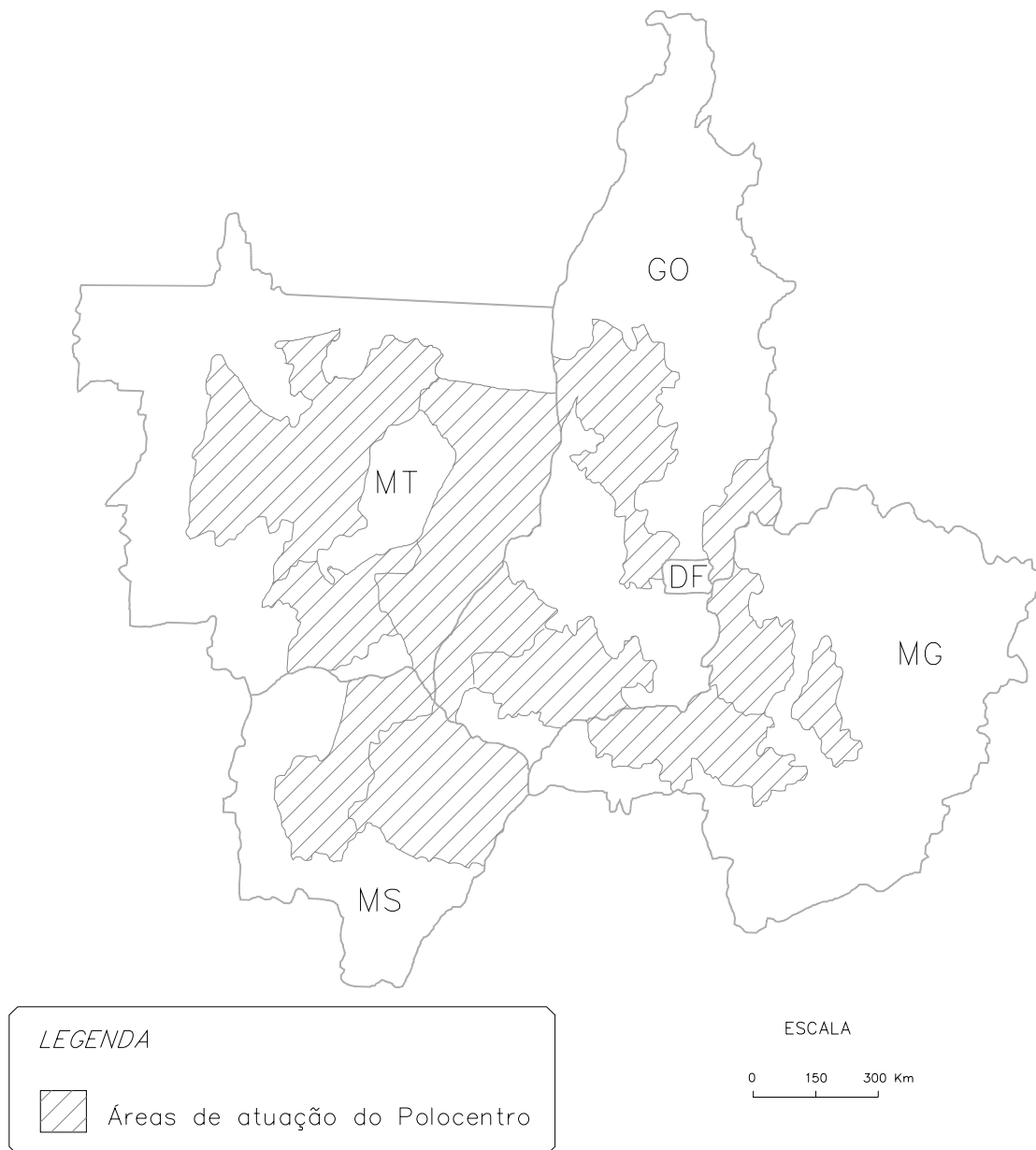
Área de atuação do PADP - 1973



Fonte: CETEC/IGA (1993), organizado por W.A. GOBI (2003), Digitalizado por LIMA, Eleusa Fátima de. e SIQUEIRA, Celso Antônio

Figura 3

Áreas de atuação do POLOCENTRO - 1975



Fonte: FERREIRA (1985), Organizado por PESSOA (1988), digitalizado por Eleusa de Fátima Lima e Celso A. Siqueira

O POLOCENTRO foi implantado em 1975, em 12 pólos de desenvolvimento, nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais (Figura 3). O Programa se

fundamentou, principalmente na pesquisa e experimentação agropecuária, crédito rural orientado e assistência técnica obrigatória.

Quanto ao programa de financiamento,

os produtores foram bastante beneficiados, já que tinham juros inferiores aos de mercado, 12 anos para amortização da dívida e não havia correção monetária. “O Programa também financiava as agências do governo estadual, cooperativas e firmas privadas que adquirissem equipamentos pesados e tratores para alugar às fazendas nos cerrados” (DUTRA, 1995, p. 36).

Os maiores beneficiados com o POLOCENTRO foram os produtores de médias e grandes propriedades. Mais de 60% dos recursos destinados ao crédito foram para fazendas com mais de 1.000 hectares, que correspondia a 39% do número total de projetos (WWF, 1995, p. 15). Esta concentração do crédito nas grandes propriedades, somada aos benefícios que acompanham este crédito, indicam a tendência à manutenção, por parte do Estado, da estrutura fundiária da região, dificultando cada vez mais a permanência do pequeno produtor no campo.

Inicialmente, o Programa tinha como objetivo abranger uma área de 3 milhões de hectares (1,2 milhão de hectares com pecuária e 1,8 milhão de hectares com lavoura) e 0,7 milhão de

hectares com reflorestamento. Até 1978, o projeto já havia ocupado 2,4 milhões de hectares. Apesar de fixar 60% da área explorada para lavouras houve uma tendência para a pecuarização. Além disso, pouca diversificação na agricultura, com concentração na produção de soja, que passou de 80.000 hectares, em 1975, para 508.289 hectares, em 1980.

Segundo Salim (1981), este aumento de produtividade se deve aos insumos incorporados ao solo, mas isso não significa que os custos relacionados com essa produção tenham reduzido os lucros em comparação às demais regiões, que não necessitam das correções como no cerrado. Ao contrário do que se pensa, o aumento da produtividade no cerrado veio acompanhado do aumento da lucratividade.

A partir de 1979, os recursos destinados ao POLOCENTRO começam a sofrer cortes. Segundo Pessôa (1988), o objetivo dessa redução do crédito era diminuir as especulações com o preço da terra e favorecer, assim, o PRODECER. Os incentivos promovidos pelo POLOCENTRO contribuíram para a variação crescente no preço da terra e, com a sua redução,

buscava-se estabilizar esses preços facilitando a compra das terras pela Companhia de Promoção Agrícola - CAMPO.

Dentre os programas destinados ao cerrado, o PRODECER talvez seja o que mais promoveu a ocupação desta área, estando em desenvolvimento desde 1979 até os dias atuais. Dividido em várias etapas, o PRODECER foi se disseminando pelo cerrado, atuando a cada etapa em estados diferentes. O programa se encontra na terceira etapa, no estado do Maranhão e Tocantins, já tendo passado, anteriormente, na primeira etapa, por Minas Gerais e, na segunda etapa, por Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia.

A expansão da agropecuária no cerrado começa a se intensificar a partir da década de 1970. No ano de 1970 a área ocupada era de 20,3 milhões de hectares passando para 50 milhões de hectares, em 1985. A área ocupada e não utilizada subiu em termos absolutos, fato compreensível para um período de inflação alta, época em que a terra era vista como reserva de valor. Além disso, a terra estava sendo valorizada, devido aos programas de desenvolvimento agrícola, sendo portanto, um ótimo investimento

especulativo.

Em 1994, a safra de soja chegou aos 8,8 milhões de toneladas, acréscimo bastante superior ao período entre 1985 e 1990. Essa variação pode ser explicada pela política liberal implantada em 1990 que provocou uma desestruturação no setor agrícola com a redução do crédito, tendo por consequência a queda na safra de 1990. O milho também teve um acréscimo na produção, chegando a 4,9 milhões de toneladas em 1994. Apesar de o aumento ser menor que o da soja, o milho representa uma cultura significativa para o cerrado, formando com a soja o binômio que promove a rotatividade no sistema produtivo.

O interesse dos japoneses pelo cerrado, de acordo com Pessoa (1988), vem desde 1961, quando já propunham um acordo de exploração agrícola nos cerrados mineiro e goiano. O governo japonês, neste ano de 1961, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão propôs, ao então presidente João Goulart, um projeto de exploração agrícola, com financiamento integral de todo o plano de ocupação, incluindo até mesmo a infra-estrutura necessária, como a ferrovia de interligação entre Minas Gerais e o

porto de Marauá, na Bahia. Contudo, o Estado Maior das Forças Armadas, tendo como justificativa a necessidade de proteger a Soberania Nacional, vetou o projeto.

Ao contrário da década de 1960, a de 1970 é marcada pela presença do capital japonês no desenvolvimento brasileiro. Em 1970, Brasil e Japão assinaram um Acordo Básico de Cooperação Técnica, através do qual estabeleceu-se um intercâmbio de técnicos brasileiros e japoneses, no intuito de promover a cooperação científica entre os dois países. Ainda no mesmo ano, foi assinada uma declaração conjunta para o desenvolvimento de um programa de cooperação para a agricultura. Em 1976, o presidente Geisel foi ao Japão, onde assinou uma declaração de intenções entre os dois países, declaração esta que deu origem ao Programa de Cooperação Nipobrasileira de Desenvolvimento dos Cerrados, mais conhecido como PRODECER. Em 1977, uma nova declaração de intenções para o PRODECER foi assinada com a viagem ao Japão de Alysson Paulinelli, então Ministro da Agricultura do Brasil. Nesse mesmo ano foi assinado um Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão, regulamentando o projeto para o

cerrado e viabilizando a cooperação de especialistas japoneses, a doação e instalação de laboratórios e equipamentos e o treinamento de pesquisadores brasileiros.

Em 1978 foram criadas as *holdings* Japan-Brazil Agricultural Development Corporation - JADECO e Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial - BASAGRO, que formaram (e formam) a CAMPO, empresa destinada a coordenar, planejar e executar o PRODECER. A JADECO é uma *holding* japonesa, sediada em Tóquio, à qual couberam 49% do capital da CAMPO. De acordo com informações de 1988 (PESSÔA, 1988), seu acionista principal, com 80% das Ações, é a JICA, uma agência de cooperação ligada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão. Os demais acionistas são o Banco de Tóquio, a Central de Cooperativas do Japão, Banco Nacional de Crédito Agrícola e Florestal, MITSUBISHI, MITSUI, TOSHIBA, MARUBENI, SUMITOMO, ISHIKAWAJIMA, KAWASAKI, KOMATSU e C. ITOH. A BASAGRO é uma *holding* brasileira, sediada em Belo Horizonte, com 51% do capital da CAMPO, possuindo inicialmente 47 acionistas, dentre os quais destacam-se BDMG, Banco do

Brasil, BNCC, CIBRAZEM, CAMIG, Banco América do Sul, BAMERINDUS, Banco Econômico, Banco Nacional, UNIBANCO, BNDG, DESENBANCO, Banco da Amazônia, Companhia Força e Luz, Cataguases Leopoldina, CICA Norte, MANAH, Eucatex, SOLORRICO, Brahma, Nitrícia, Florestal Acesita, MADAL, Companhia Vale do Rio Doce, COBEC, Granja Rezende, MINASO.

Mesmo com todas as críticas e ações contra o projeto, em 1979 foi constituída a *joint venture* CAMPO e divulgado o resultado do relatório proposto pela JICA para reconhecimento da melhor área de cerrado para a implantação do projeto. Tal relatório foi constituído através de estudos sobre o desenvolvimento regional nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás.

Assim, em setembro de 1979 o contrato de financiamento foi assinado pelo governo brasileiro, pela JICA e por um grupo de bancos privados japoneses, sendo que no mês seguinte, foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional os mecanismos de financiamento do PRODECER.

A formulação e implementação de tal programa baseado em uma agricultura

moderna, nos moldes da Revolução Verde, refletem os interesses tanto brasileiros quanto japoneses. Para o Brasil, o PRODECER vem de encontro à política de desenvolvimento agrícola que o país buscava desde a década de 1960.

Entre as concepções que vigoravam nas elites governamentais nos anos sessenta, existia aquela que percebia a agricultura como um entrave ao desenvolvimento do país e que, por isso, seria urgente a sua inovação. Com certeza os governos do regime militar (1964-1985) engendram os planos nacionais de desenvolvimento, em que atribuíam uma importância significativa à agricultura. (PIRES, 1996, p. 30).

No caso do PRODECER, é importante ressaltar que, nesta cooperação com o Japão, a capacidade de financiamento para a agricultura brasileira é reforçada com vantagens, pois com as dificuldades de obtenção de recursos externos na época, o Japão se manteve disposto a emprestar.

A estes fatores adicionou-se a política de integração nacional, tão presente no regime militar. A busca de ocupação das áreas não povoadas do Brasil, que tem início com a construção de Brasília – ‘A Marcha Para o Oeste’ – e o interesse pela Amazônia, geraram o grande eixo para a nova política de integração, caracterizada pela colonização, construção de rodovias e

estabelecimento de mecanismos de telecomunicações. E é a partir desta busca de integração que o país foi cortado de rodovias e o capital (nacional e internacional) passa a se locomover pelo país do centro para a periferia. Nesse contexto, o cerrado – tão presente no Centro-Oeste – se posicionou como uma área a ser ocupada e de grande interesse ao capital agrícola, tendo, assim, o apoio do governo para os projetos de colonização, como o PRODECER.

Para o Japão, a escolha da área para o PRODECER I foi muito conveniente, já que se posicionou no meio do trajeto entre o Projeto Carajás – também japonês – e o Porto de Tubarão, em Vitória, o que favoreceu o Japão com a construção de ferrovia Norte-Sul, pois ligaria os dois projetos – Carajás e Cerrado – por meio de uma única ferrovia.

O posicionamento do Projeto pouparia custos na construção da rota para ligar Carajás a Vitória, além de reduzir os custos no transporte de minérios. Além disso, para a construção da ferrovia, o Brasil teria de importar os equipamentos necessários, de que o Japão é um grande exportador.

Com o objetivo de desenvolver as

tecnologias necessárias para possibilitar a ocupação agrícola dos cerrados, houve a criação do CPAC pela EMBRAPA em 1975.

Cabe ressaltar que a criação do CPAC estava de acordo com as políticas do POLOCENTRO, fato que fez do Programa um colaborador para a implantação do PRODECER. Pode-se perceber que o POLOCENTRO foi responsável pela implantação de infraestrutura e desenvolvimento de tecnologia para o cerrado, podendo, portanto, ser apontado como um fator de estímulo para o PRODECER, já que, coincidência ou não, as três zonas de PRODECER são áreas do POLOCENTRO.

O POLOCENTRO trouxe também uma maior confiabilidade para a implantação da agricultura no cerrado, posto que com o programa, as transformações tecnológicas promoveram nos cerrados uma produtividade média acima da produtividade média nacional.

Assim, a escolha dos cerrados para a promoção de um programa de desenvolvimento agrícola nipo-brasileiro resulta de uma associação de fatores naturais favoráveis, fatores políticos, incluindo questões geopolíticas (como o programa de

integração nacional), e questões econômicas (a busca de um mercado internacional mais competitivo e de tecnologias disponíveis).

O PRODECER, ao contrário de outros programas para área de cerrado, como PADAP e POLOCENTRO, contou com o financiamento japonês, além de ser administrado por uma empresa binacional – CAMPO – visando a cuidar dos interesses tanto brasileiros quanto japoneses.

O objetivo do PRODECER era criar fazendas de grande porte e articular agricultores vinculados às cooperativas, que tivessem suporte empresarial e capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital, a fim de alcançar o aumento da produção agrícola, para o crescimento da competitividade dos produtos agrícolas no mercado internacional. (PIRES, 1996, p. 43).

Diante deste objetivo, as culturas a serem priorizadas deveriam ser aquelas com maior aceitação internacional, como a soja, o milho e o sorgo, desconsiderando a demanda interna de alimentos.

Para a execução do programa, coube ao governo brasileiro a parte de infraestrutura, como construção de estradas e escolas e o fornecimento de energia elétrica; além do desenvolvimento de pesquisas para obter a tecnologia necessária através da EMBRAPA-

CPAC. O papel de planejamento, assistência técnica e coordenação do projeto ficou sob responsabilidade da CAMPO. O Banco Central, juntamente com a CAMPO, através do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, coordenaram e elaboraram um programa de crédito para os produtores agrícolas selecionados pelo projeto.

Desse recurso, o Programa previa a aplicação da seguinte maneira:

(1) crédito para a *aquisição* de terras pelos agricultores individuais;

(2) empréstimos de capital de giro a curto prazo para a *manutenção* dos agricultores individuais e suas famílias até que obtenham receita compatível de suas atividades agrícolas;

(3) empréstimo para a complementação de facilidades de crédito agrícola ordinários, caso necessário e empréstimo para as atividades que forem consideradas necessárias;

(4) empréstimo para a construção da infra-estrutura para uso coletivo por parte dos produtores agrícolas como facilidades de abastecimento de água, estradas secundárias, moradias, facilidades de armazenagem, etc. (PESSÔA, 1988, p. 124).

As condições de financiamento se resumiam em 20 anos para o crédito fundiário, com juros de 12% ao ano e 5 a 6 anos de carência; oito para o crédito destinado para financiar máquinas e insumos, a uma taxa de juros de 12 a 15% ao ano com prazo de carência de 2

anos; e 12 anos para o crédito destinado a casa e barracões, com carência de 2 anos e taxa de juros de 12 a 15% ao ano.

Apesar desses prazos para quitação da dívida, com o Plano Cruzado (1986) os produtores se sentiram estimulados a saldar os empréstimos, visando a obter novos financiamentos no Banco do Brasil, haja vista que a concessão de novos empréstimos implicava no pagamento da dívida antiga. Este estímulo se deve, primeiramente, ao fato de que com o Plano Cruzado houve a retirada da correção monetária dos empréstimos rurais, que vinham pressionando os produtores devido à aceleração da inflação. Em segundo lugar, com a política monetária creditícia expansionista seguida da baixa nas taxas de juros, houve um aumento da procura no mercado de terras, propiciando o aumento dos preços da terra. Este aumento do preço da terra tornou os agricultores proprietários mais ricos e, portanto, mais dispostos a enfrentar os riscos da produção e do financiamento, além de se tornarem clientes mais atraentes para os bancos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os países, ao adotarem o modelo da modernização da agricultura buscaram

obter maior produtividade, com a substituição da mão-de-obra pela máquina e o uso de insumos produzidos pelo setor não agrícola.

Os reflexos das inovações tecnológicas no setor agrícola brasileiro foram sentidos, no cerrado mineiro, através do incremento da mecanização da agricultura em detrimento dos meios de produção tradicionais.

A nova estratégia agrícola foi orientada para uma modernização tecnológica voltada para a agricultura de exportação, onde a expansão da cultura da soja foi o exemplo mais expressivo, passando a disputar, com o café o primeiro lugar nas exportações brasileiras.

A escolha do cerrado para a promoção de programas governamentais de desenvolvimento agrícola é resultado de uma associação de fatores naturais favoráveis, de fatores políticos, incluindo questões geopolíticas e econômicas, da busca de participação num mercado internacional mais competitivo e da utilização das novas tecnologias disponíveis.

O balanço da aplicação da Revolução Verde mostrou-se positivo com relação à modernização da agricultura com o conseqüente aumento da produtividade

e competitividade, porém, o mesmo não se pode dizer com relação à questão ambiental, uma vez que a partir daí surgem novas situações de degradação ambiental ou acentuam-se as já existentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLEPS JÚNIOR, J. As políticas e programas governamentais para o desenvolvimento do setor agroindustrial no cerrado e as estratégias das empresas do complexo soja. In: ____ Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: O Caso do Triângulo Mineiro. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro. 1998. p. 124-138.

CUNHA, A. S. Uma avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Estudos de Políticas Agrícolas, Brasília, v.13, n.23, p.110-120, 1994.

DUTRA, I. F. Os programas governamentais no cerrado: o caso de Iraí de Minas. 1995. 60f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 1995.

GOBBI, W. A. O. Agricultura, meio ambiente e gestão das águas na Bacia

do Rio Araguari (MG). 2002. 77 f. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO NETO, F. Modernização da agricultura e questão agrária. In: ____ Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.17- 30.

KAGEYAMA, A. ; SILVA, J. G da. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. Cadernos do CEAS, Salvador, n.88, p.25 -39, nov./dez.1983.

MACEDO, J. Os cerrados brasileiros: alternativa para a produção de alimentos no limiar do século XXI. Revista de Política Agrícola, v.6, n.2, p.11-18, abr./jun.1995.

PESSÔA, V. L. S. Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG. 1988.239 f. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE, UNESP, Rio Claro, 1988.

PIRES, M. O. Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). 1996.148f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília. 1996.

SALIM, C. A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. Caderno de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.3,n.2, p.293-342, maio/ago. 1986.

WWF (Fundo Mundial para a natureza). De grão em grão o cerrado perde espaço. Brasília, 1995.